



Anais da Assembléia

Nº 97

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE SETEMBRO DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 75.^a SESSÃO ORDINÁRIA-
REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1988.
TERÇA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados José Afonso Júnior e Caíto Quintana.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pesutti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quilse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valdeir Mendes Vilela (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Antônio Belinati e Werner Wanderer (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)-
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos,

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 365

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 262/88.

Sala das Sessões, em 20.09.88.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO Nº 360

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, a dispensa da discussão e votação da Redação Final, para os projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão e, que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no § único do Art. 58, do Regimento Interno, acrescido pela Resolução nº 118/86.

Sala das Sessões, em 20.09.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO Nº 357

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado cumprimentos pela inauguração da Unidade Industrial (Destilaria de Alcool) COOPICAR, no Município de Umuarama - PR, no último dia 17 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 20.09.88

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO Nº 358

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado cumprimentos pela inauguração de Instalação do Posto de Atendimento BANES-TADO- Cinco Conjuntos, em Londrina Pr., no último dia 10 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 20.09.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO Nº 359

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado cumprimentos desejando gestão realizadora, ao Senhor Moacir Salmória, Presidente do Conselho Administrativo, da Fundação Casa do Estudante Universitário, do Pr., extensivos aos demais membros da Diretoria.

Sala das Sessões, em 20.09.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 350

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo os precisos termos do § 2° do artigo 5° da Lei Federal 1579 de 1952 e demais dispositivos Constitucionais e regimentais vigentes, vem a presença de Vossa Excelência, REQUERER, após ouvido o Plenário, prorrogação de prazo para os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades no Esporte Paranaense, dada a complexidade do assunto.

Outrossim, Requer-se que a dilação do prazo pretendida seja até o final da presente Sessão Legislativa.

Sala das Sessões, em 20.09.88.

(a) RAUL LOPES.

REQUERIMENTO N° 364

Senhor Presidente.

Requeiro a Vossa Excelência, após consulta aos demais membros da Mesa Executiva- caso entenda necessário, que determine ao setor competente desta Casa a reprodução fotostática do Projeto de Resolução propondo o Regimento Interno da Constituinte Estadual, apresentado por este Parlamentar na sessão desta terça-feira, e distribuição a todos os Senhores Parlamentares.

Caso haja necessidade, Requeiro seja este expediente apreciado pelo Plenário.

Sala das Sessões, em 20.09.88.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO N° 363

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvida a Casa o envio da cópia integral de seu pronunciamento ao Senhor Presidente José Sarney, aos Senhores Ministro da Fazenda e Deputados da Bancada Paranaense na Câmara e no Senado.

Sala das Sessões, em 20.09.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO N° 352

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência L.B.A., solicitando auxílio financeiro e gêneros alimentícios para a ACRUCAM de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 20.09.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A ACRUCAM de Campo Mourão é uma enti-

dade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade, no atendimento de dezenas de crianças abandonadas e/ou desempregadas que perambulam pelas ruas. Entretanto, em razão da inflação atual, a entidade encontra-se com defasagem orçamentária, necessitando de auxílio financeiro e gêneros alimentícios.

REQUERIMENTO N° 353

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a A.P.M.I., de Goioerê.

Sala das Sessões, em 20.09.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Goioerê é uma entidade assistencial que atende dezenas de crianças e gestantes daquela Cidade e Região, dentro de um padrão considerado exemplar. Entretanto, por motivo de defasagem orçamentária causada pelos elevados índices inflacionários, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 354

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para o Albergue Noturno de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 20.09.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Albergue Noturno de Campo Mourão é uma entidade assistencial que atende dezenas de pessoas carentes daquela Cidade e Região. Esse atendimento poderá melhorar em função de auxílio financeiro que possibilitará o aumento do número de albergados a serem atendidos, dentro do atendimento à uma necessidade decorrente do aumento significativo da pobreza nos últimos anos.

REQUERIMENTO N° 355

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da L.B.A., Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro a gêneros alimentícios

para a Guarda Mirim de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 20.09.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Guarda Mirim de Campo Mourão é uma entidade assistencial que há muitos anos vem recuperando e atendendo centenas de crianças carentes daquela cidade. Entretanto, por motivo de defasagem orçamentária causada pelos elevados índices inflacionários, necessita de auxílio financeiro e gêneros alimentícios.

REQUERIMENTO N° 349

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, solicitando instalação de um aparelho telefônico público, no loteamento Jardim Monterey, no Município de Almirante Tamandaré.

Para tanto, anexa ao presente abaixo-assinado da referida comunidade.

Sala das Sessões, em 20.09.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO N° 351

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde, solicitando que se determine a obrigatoriedade aos Postos de Saúde e Hospitais, de todo o território paranaense, de comunicarem os casos de intoxicação através de agrotóxicos, às autoridades sanitárias, a exemplo do que já ocorre com outras doenças.

Sala das Sessões, em 20.09.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Os agrotóxicos, principalmente nas regiões em que se cultiva o fumo e o algodão, têm provocado inúmeras vítimas. Entretanto as autoridades sanitárias não possuem um levantamento preciso a respeito de números.

A divulgação desses números seria da maior importância para, inclusive, criar uma consciência na população rural sobre os perigos que representa o veneno utilizado para o combate de pragas e doenças nas lavouras, à saúde humana.

Para ilustrar, destacamos uma reportagem publicada no conceituado Jornal "Paraná Oeste", de Cascavel, em sua edição desta semana (20 a 26.09.88), sob o título "Agrotóxicos, o problema de sempre", cuja fotocópia segue anexo.

REQUERIMENTO N° 356

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, Dr. Antônio Acir Breda, solicitando ao mesmo que sejam liberados recursos através deste órgão governamental para a manutenção do Restaurante Universitário, que é mantido pela Fundação Universidade Estudantil de Maringá.

Sala das Sessões, em 20.09.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o caráter público da Universidade passa por dar condições aos estudantes poderem frequentá-la, e que a gratuidade permitiu que estudantes com baixo poder aquisitivo ingressassem em um curso superior.

Se faz necessário que o Governo ofereça condições a esses estudantes para continuarem seus estudos.

Condições estas, que passam pela moradia, recursos didáticos e alimentação.

Como o Restaurante da Universidade Estadual de Maringá não possui verbas para subsidiá-lo, temos hoje nesta instituição de ensino um dos preços mais caros do Brasil, o que gera um grande transtorno aos estudantes que necessitam dele para se alimentar.

REQUERIMENTO N° 361

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja enviada cópia deste requerimento ao Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, solicitando seja implantada a 3.ª faixa da BR-153, trechos Serra Palmital (Km.37), Viaduto do Ubá (Km. 32) e Fazenda Curitiba (Km. 26-27), que liga os Municípios de Santo Antônio da Platina Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 20.09.88.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Embora saibamos das dificuldades que o Estado vem atravessando, máxima na obtenção de verbas para manutenção e reparação das rodovias estaduais e federais que interligam os nossos municípios, torna-se imprescindível a especial atenção do ilustre Secretário de Estado dos Transportes para que viabilize estudos, no sentido de implantar a 3.ª faixa nos trechos especificados, para que o fluxo dos veículos pesados e leves que diturnamento trafegam por aquela rodovia tenham um melhor escoamento, evitando sobremaneira, o engarrafamento que se verifica a todo o instante, possibilitando, inclusive, possíveis acidentes.

É uma rodovia de incalculável movimento e escoadouro da produção da região Norte pioneira e que merece, por essa razão, um tratamento especial e melhores condições de circulação.

REQUERIMENTO Nº 362

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja enviada cópia deste requerimento ao Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, para que viabilize estudos para implantação de redutores de velocidade na PR-092 - Rodovia Parigot de Souza, no trevo que dá acesso à Cidade de Siqueira Campos.

Sala das Sessões, em 20.09.88.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O "trevo" que dá acesso à Cidade de Siqueira Campos, existente na PR-092 - Rodovia Parigot de Souza, tem sido palco de inúmeros acidentes, sempre com vítimas fatais, envolvendo, principalmente, moradores e crianças que ali, diuturnamente, transitam e atravessam, em decorrência do volume de caminhões, carretas e outros veículos que, em total desrespeito às leis de trânsito, imprimem alta velocidade quando por ali trafegam.

Trata-se de antiga aspiração dos moradores locais e de pais de família que constantemente vivem em aflição, preocupados com seus filhos que demandam às escolas na outra margem da rodovia.

Sem dúvida, com a implantação dos redutores de velocidade, se evitaria o abuso de incautos e irresponsáveis motoristas que pouco valor dão à vida humana, principalmente de inocentes crianças.

Atendido o pleito, haverá, em definitivo, maior tranquilidade e segurança para aqueles moradores e crianças em geral.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Amibelli) Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli. Sua Excelência tem 30 minutos para proferir a sua oração.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais presentes ao nosso trabalho legislativo, desta terça-feira.

Estamos hoje usando essa tribuna, preocupados com a nova tarefa que nos foi conferida, pela eleição de 1986, quando nós Parlamentares, pertencentes a este Parlamento, teremos a tarefa, a partir do mês que vem de contemplar as aspirações da maioria dos Paranaenses, quando, estaremos evidentemente preocupados, com o estabele-

cimento da nova Constituição, que irá reger a vida de todos nós.

Ocupo a tribuna nesta tarde, para anunciar e também para comentar, um projeto de Regimento Interno para a Constituinte Estadual, que é proposta pelo Partido dos Trabalhadores, gestada ao longo dos últimos meses, e que hoje estamos dando conhecimento aos oitos partidos, aos 54 Parlamentares, enfim, a toda a sociedade paranaense.

Através desse Projeto de Resolução, queremos contribuir, com a discussão, e com fase preparatória a nova missão que será atribuída a todos nós, no início do mês que vem, e certamente logo após a promulgação da Constituição Federal, nós seremos Constituintes Estaduais, e daí sim, oficialmente nós teremos poderes para aprovar, um Regimento Interno, de como será elaborada a nova Constituição, e bem como, um anteprojeto, ou um Projeto de Constituição para o Estado do Paraná. Com a entrada em vigor... (Lê):

"Com a entrada em vigor da nova Constituição da República Federativa do Brasil, possivelmente no próximo dia 5 de outubro, intensifica-se a discussão acerca do processo de elaboração da Constituição do Estado do Paraná.

Reconheço o atraso da proposta, como atrasada está toda a discussão regimental e constitucional, mas nem por isso ela é inoportuna. Ao contrário, em função da inexistência de uma proposta básica de Regimento Interno deste Plenário, a proposta do Partido dos Trabalhadores virá contribuir substancialmente com a discussão. Afinal, este é meu objetivo; contribuir com o debate sobre a elaboração de um Regimento Interno que seja tecnicamente bom, para evitar casuísmos e outros percalços na caminhada; globalmente democrático para possibilitar ampla participação da sociedade paranaense e, amplamente transparente para garantir a lisura de todo o processo.

Sem dúvida, um bom texto constitucional, avançado, moderno e democrático dependerá de um bom Regimento Interno, que não marginalize nenhuma contribuição da sociedade. Com isso estaremos indo de encontro com o desejo das mentalidades mais esclarecidas e democráticas e anseio de toda a população paranaense.

O Regimento Interno é o instrumento capaz de garantir a igualdade das representações partidárias e da sociedade, bem como da seriedade e seriedade do processo constituinte estadual.

Senhores Parlamentares: a apresentação de um projeto completo de Regimento pelo Partido dos Trabalhadores, através de sua representação neste Parlamento, não deixa de ser uma ousadia. Mas isso, Senhores, não é gratuito, além de colaborar com uma

proposta completa, queremos inaugurar um processo de grande ousadia. Sim, muita ousadia será necessária para que avancemos, respeitando o texto da Constituição Federal, e para que possamos garantir e implantar definitivamente a característica principal do sistema Federativo, qual seja, a autonomia do Estado em relação à União e aos municípios. Ousadia, enfim, para resistir à tentação de nos emiscuirmos na competência alheia das outras unidades da federação.

Entendemos nós, que esta primeira tarefa, a elaboração das regras de funcionamento da Constituinte Estadual, é fundamental porque, ao contrário, deveríamos utilizar o atual regimento Interno da Assembleia Legislativa, o qual é inadequado, atrasado e autoritário, forjado ao longo do período ditatorial, de triste memória.

Senhor Presidente e colegas Parlamentares:

O que, em suma propõe o projeto que ora oferecemos ao salutar debate?

Em primeiro lugar, e do nosso ponto de vista fundamental: propomos a eleição de uma nova Mesa Executiva, exclusiva para o processo de elaboração constitucional. Entendemos que, sem desprezar a atual Mesa ou a próxima Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, ambas não são constitucionalmente competentes para coordenar o processo. A atual Mesa porque não foi eleita com esta finalidade e, mais do que isso, como o poder constituinte estadual é derivado da Constituição Federal, à época de sua eleição não havia que se falar em Assembleia Constituinte Estadual, a qual só o será com a promulgação da Carta Magna Federal. Ainda que existindo emenda à atual Constituição Estadual, transformando a Assembleia Legislativa em Constituinte. A próxima Mesa da Assembleia Legislativa também não será competente, porque será eleita com atribuições completamente diversas, além do que, como propomos o funcionamento simultâneo das duas assembleias, aquela Mesa desempenhará atribuições diversas, evitando confusões desnecessárias e prejudiciais.

Com isso, também evitaremos outro problema: o início dos trabalhos sob a direção de uma Mesa Executiva e a conclusão por outra, porque proximamente teremos que eleger nova Mesa para a Assembleia Legislativa. Finalmente, neste particular, entendemos que não é prudente prorrogar nem diminuir o tempo de mandato da atual Mesa Diretora".

O Sr. Edmar Luiz Costa - Vossa Excelência me permite um aparte? É sobre este tema.

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência eu lhe

concedo, eu vou concluir este raciocínio sobre a Mesa, aí eu vou conceder, por ordem ao Deputado Tadeu e em seguida a Vossa Excelência. Aguarde só momentinho, por favor.

Porque nós teremos, proximamente que eleger uma nova Mesa para a Assembleia Legislativa, portanto, neste particular, nós entendemos que não é prudente, prorrogar e nem diminuir o tempo de mandato da atual Mesa Diretora, por isso é que nós propomos que quando será instalada a Constituinte Estadual, creio eu que será no começo do mês de outubro, imediatamente deverá ser eleita uma Mesa específica que conduzirá até o fim da Constituinte, os trabalhos constituintes, paralelamente e legislando sobre as leis ordinárias, então nós teremos uma Mesa Executiva, que está com mandato, que não pode ser encurtado e também nós teremos, no começo do ano que vem a eleição de uma nova Mesa Executiva, para a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PEDRO TONELLI - Concedo o aparte pela ordem ao nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Meu caro Deputado Pedro Tonelli, muito oportuna a preocupação de Vossa Excelência. Entretanto, eu aparteei nesta oportunidade, para informá-lo de que a União Parlamentar Interestadual, órgão que congrega todos os Deputados Estaduais do Brasil, e que tem na Presidência o Deputado paranaense, do PDS, Luiz Alberto Martins de Oliveira, já fez chegar aos Gabinetes de todos os Deputados desta Casa, um modelo de Regimento Interno, em que se encontram sugestões, por parte daquela entidade, para que nós elaboremos o nosso Regimento. Por outro lado, a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Paraná, já fez chegar aos Líderes das Bancadas dos Partidos, com representação nesta Casa, um comunicado de que está aceitando sugestões para elaboração do nosso Regimento Interno.

Sendo assim, eu acredito que Vossa Excelência deve procurar, junto à sua assessoria os referidos expedientes, para que possa tomar providências, em nome do Partido Trabalhista, que Vossa Excelência representa, como Líder, e envie com urgência à Comissão Executiva, a sugestão de Vossa Excelência e do seu Partido, para que nós elaboremos, com a máxima urgência o nosso Regimento Interno.

É portanto, muito oportuna a sua preocupação, mas aqui nós temos a obrigação de cumprimentar a União Parlamentar Interestadual, bem como a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, as lideranças dos outros partidos, o

Líder do PMDB, da bancada do PMDB, e o Líder do Governo nesta Casa, porque já estão, desde há muito, preocupados e já estão fazendo alguma coisa efetivamente para que o nosso Regimento Interno, na data da instalação da Assembleia Estadual Constituinte esteja pronto e acabado e com possibilidade de uso.

Era para isso e eu agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço e informo que tomei conhecimento do Projeto de Regimento Interno da União Parlamentar Interestadual, aonde algumas das sugestões nós acatamos. Outras não, temos dúvida. E o que eu estou fazendo aqui, e o que o Partido dos Trabalhadores está fazendo aqui é exatamente atendendo este apelo, apelo que Vossa Excelência reitera, é de que todos contribuam. Inclusive estou encaminhando um requerimento à Mesa propondo, que com a autorização desse Plenário e da Mesa Executiva desta Casa, nós multipliquemos a proposta do PT, dos outros Parlamentares que aqui estão, e que têm propostas, para que a gente tenha um leque de idéias e de proposições porque daí, quando nós iremos trabalhar em cima do processo Constituinte Estadual, nós estaremos perfeitamente abastecidos de propostas, de argumentos; temos já um estado avançado de discussão e isso vai facilitar um Regimento Interno, o mais democrático, o mais coerente e o mais sério para que nós tenhamos uma Constituição melhor possível.

Na sequência, concedo o aparte ao nobre Deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa- Nobre Deputado Pedro Tonelli, Vossa Excelência tem razão quando se preocupa com o Regimento Interno da Constituinte. Porém o pronunciamento de Vossa Excelência não deixa de causar uma surpresa aos demais Líderes de Bancadas desta Casa, porque na última 5.ª feira, após a Plenária desta Casa, nós realizamos uma reunião no Gabinete de Sua Excelência, o Presidente do Legislativo, do qual Vossa Excelência participou, nessa reunião ficou estabelecido de que no dia seguinte, e isso ocorreu, o Senhor Presidente encaminharia cópia do trabalho realizado pela UPI, e todas as lideranças partidárias teriam o prazo e têm o prazo até 5.ª feira próxima, depois de amanhã, para apresentar sugestões numa reunião também convocada, e dessa decisão Vossa Excelência também participou, para ser realizada após a sessão plenária, quando nós receberíamos as sugestões das diversas lideranças, formaríamos uma equipe de trabalho para realizarmos cotejo das várias sugestões e depois então expandirmos a

discussão para os demais membros desta Casa.

Discordo de Vossa Excelência em alguns dos pontos de vista trazidos à tribuna esta tarde.

O primeiro deles: É bastante discutível se há necessidade ou não de se eleger uma Mesa para dirigir os trabalhos da Constituinte e termos uma Mesa para dirigir os trabalhos normais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Primeiro, devemos nós fazer uma comparação. Tornou-se inevitável que se constituísse uma Mesa Diretiva para a Assembleia Nacional Constituinte, porque aquele órgão supremo, ele foi integrado por membros de duas Casas distintas - os Senadores e os Deputados Federais. É evidente que deveria existir uma Mesa Constituinte específica, aglutinando as duas casas parlamentares. Não sei se a Assembleia Legislativa do Paraná e as demais Assembleias Legislativas do Brasil terão essa necessidade. É um fato a ser discutido, porque senão nós estaremos transformando as Constituintes Estaduais em órgãos burocráticos.

São fatos que devem ser bastante pesados e analisados com bastante prudência por todos os Deputados desta Casa.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço as contribuições, as observações do nobre Líder do PDC, e eu acho que me parece que a nossa posição ela só vem a contribuir. Na 5.ª feira estaremos presentes à reunião, contribuindo com as observações, inclusive que nós constatamos dos debates entre os Parlamentares, entre as representações da população que tiverem já tido algum parecer, teremos que levar em conta.

Porque nós estamos aqui com a função de representar a população paranaense.

Outro aspecto fundamental que nós queremos que seja destacado, que seja prestigiado e que deve estar contemplado no Regimento Interno da Constituinte Estadual, é a possibilidade de ampla participação popular nas proposições e nas decisões da futura Carta Estadual.

Em primeiro lugar, nos trabalhos das Comissões Temáticas, estamos propondo que haja 9 Comissões Temáticas, aonde essas Comissões terão poderes para ouvir a população organizada, com regras estabelecidas no próprio Regimento, que será o primeiro acatamento de propostas no sentido de ouvir a população paranaense, garantindo, no mínimo, a realização e cinco audiências públicas em cada uma das 9 Comissões que nós estamos propondo.

Em segundo lugar, possibilitando a apresentação das emendas populares, emendas essas que poderão ser apresentadas em duas fases do processo.

- Ao relatório final dos trabalhos das

Comissões temáticas; e,

- No Projeto, resultado do primeiro turno de votação, entre o primeiro e o segundo turno, são as duas oportunidades que a sociedade poderá apresentar emendas populares, subscritas por mais de 1.500 eleitores paranaenses.

Além disso, estamos propondo nossa proposta de Regimento Interno, a realização de Sessões especiais, todas as sextas-feiras, para ouvirmos as entidades representativas da sociedade paranaense, bem como dos cidadãos que desejarem discutir matérias constitucionais.

Quanto ao processo de elaboração do novo texto constitucional, em conformidade com a atual Constituição do Estado do Paraná, propomos a formação de 9 Comissões, cuja responsabilidade é iniciar a elaboração e o primeiro texto sobre os assuntos de sua competência.

É dessa forma que nós propomos iniciar o corpo da Nova Constituição. Nessas 9 Comissões, todos os Parlamentares participarão, numa como membro efetivo e na outra, como suplente, permitindo inclusive, a participação de todos os parlamentares com direito à voz, nas Comissões, nas quais elas não são membros. Todos os Parlamentares terão direito à voz em todas as Comissões, só que voto, só nas Comissões que fizerem parte, aonde todos os Parlamentares paranaenses terão direito a participar como efetivo em uma Comissão, e na outra, como suplente.

Estamos prevendo também a existência de uma Comissão de Sistematização que tem a competência harmonizadora dos textos aprovados nas diversas fases.

Esta Comissão será composta por 17 membros: 8 representantes dos Partidos Políticos com assento neste Plenário e mais os 9 relatores das Comissões Temáticas, dentre os quais o Plenário elegerá o relator geral da Assembleia Constituinte Estadual.

Portanto, a Comissão de Sistematização que nós estamos propondo, terá 17 escolhidos em duas equipes. Oito, 1 de cada partido e mais 9 que serão os relatores das 9 Comissões Temáticas da Constituinte Estadual.

missões, procuramos garantir a participação de todos os Deputados indistintamente, bem como dos partidos políticos representados na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Nós também, entre tantos outros aspectos que oportunamente voltaremos a comentar, quero salientar que pela nossa proposta, estamos prevendo um prazo de 8 meses para conclusão dos trabalhos da Constituinte Estadual, anexo a este projeto, anteprojeto de Regimento Interno; que creio eu, todos os Parlamentares recebe-

rão, que creio eu, a Comissão dos líderes que está trabalhando junto com a Mesa Executiva, irá receber na quinta-feira, e que nós queremos que todos tomem conhecimento. Há também um calendário, que se cumprido em 234 dias, a partir da instalação, nós teremos concluída e promulgada a Constituição do Estado do Paraná. Concedo o aparte ao nobre Deputado Ezequias Losso.

O Sr. Ezequias Losso - Nobre Deputado Pedro Tonelli, em aditamento ao que já foi dito por outros eminentes Parlamentares desta Casa de Leis e ao que Vossa Excelência também diz, há uma preocupação evidente por parte de todos os Senhores Deputados, com relação ao encontro do melhor caminho, para que possamos com a maior brevidade cumprir com a responsabilidade que nos é outorgada de elaborar a nova Constituição do Estado do Paraná.

Em relação ao trabalho da União Parlamentar Interestadual, já referido pelo eminente Deputado Tadeu Lúcio Machado, devo lembrar a Vossa Excelência que esse trabalho resultou de uma participação muito ativa das Assembleias do Paraná, na pessoa deste, que ocupa neste instante o espaço em aparte a Vossa Excelência, participação da Assembleia de Santa Catarina, da Assembleia do Rio Grande do Sul, da Assembleia de Minas Gerais e da Assembleia do Ceará. Foi elaborado um trabalho que foi discutido no Congresso de Deputados Estaduais, na cidade de Natal, presentes diversos representantes do PT naquela Assembleia, inclusive algumas contribuições foram oferecidas pelos eminentes Deputados naquela ocasião; objetivo do Regimento Interno proposto pela UPI é uniformizar tanto quanto possível o trabalho das Constituintes Estaduais, para que não surjam certas indagações pela população de um Estado em relação a de outro Estado, quer dizer, se o Estado abre mais ou menos oportunidades para a participação popular, a intenção evidentemente é que haja o melhor espírito de contribuição de todos, da coletividade, de segmentos da sociedade; por isso inclusive no Regimento da UPI há também a previsão das comissões temáticas e há a previsão da participação de todos os Deputados Estaduais nas comissões, coincidindo portanto com a sugestão que Vossa Excelência está apresentando nessa oportunidade, aliás na quinta-feira, teremos uma outra reunião, que foi marcada já pelo Presidente desta Casa, para discutirmos alguns aspectos, tenho algumas observações a levar também, e certamente as observações de Vossa Excelência naquela oportunidade, serão objeto de uma análise por parte dos líderes que estarão ali presentes. Quero cumprimentar pela sua preo-

cupação, que é a preocupação de todos nós também.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço sua contribuição, e certamente vai depender do empenho de todos nós, os Parlamentares paranaenses, para chegarmos às melhores conclusões, pois como disse no início, um bom regimento é o filão para uma boa Constituição. É preciso que as normas regimentais permitam para que nós tenhamos normas constitucionais estabelecidas que respeitem a vontade que contemplem a vontade da maioria da população do Paraná.

O nosso calendário é breve, nós como afirmávamos antes, estamos propondo que em 234 dias concluamos o trabalho constituinte. Muitos até duvidam, mas nós julgamos possível. Propomos cinco dias após a promulgação da Constituição Federal o tempo para instalação da Assembleia Estadual Constituinte, isso está contemplado no Artigo 41, parágrafo 1º, do nosso Projeto Regimento Interno. Até 48 horas depois convocação para eleição da Mesa Executiva própria da Assembleia Estadual Constituinte, três dias para indicação dos membros das Comissões temáticas, Artigo 28; mais 24 horas para a nomeação e publicação das indicações dos membros das Comissões temáticas, também no Artigo 28, três dias para as reuniões.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)
Esta Presidência informa que seu tempo está esgotado.

O SR. PEDRO TONELLI - Solicito prorrogação para o tempo das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)
Então Vossa Excelência fica com o tempo da Liderança.

O SR. PEDRO TONELLI - Três dias para reunião das Comissões temáticas para eleição do Presidente, do vice e do relator, isso no Artigo 28 também está contemplado. Trinta dias para o trabalho das comissões temáticas, realização das audiências públicas, e o primeiro trabalho das comissões temáticas, trinta dias, está no Artigo 91. Três dias que é o prazo para os relatores das Comissões temáticas apresentarem os respectivos relatórios.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Vossa Excelência me permite um aparte.

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, eu lhe concedo.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Mas seria em cima do calendário. É uma sugestão a Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Concedo.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Sem desmerecer o trabalho de Vossa Excelência, a leitura desses prazos é humanamente impossível que alguém aqui no Plenário consiga memorizá-los, seria muito mais prático se Vossa Excelência tivesse a fineza de tirar 54 fotocópias desse calendário e distribuir e nós economizaremos um bom tempo da Sessão.

O SR. PEDRO TONELLI - É o que nós estamos propondo via requerimento; estamos propondo para que a Casa multiplique em 54 cópias e todos recebam, a não ser que como muitas vezes o requerimento do Deputado do PT seja rejeitado, se não foi isso nós teremos a aprovação hoje e amanhã, teremos cópia da proposta do PT do Regimento Interno, e o mesmo tratamento, teremos com as outras propostas que aqui estarão.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Mas Vossa Excelência tem quota para fotocópia na Liderança do PT como eu também tenho no PDC.

O SR. PEDRO TONELLI - Tenho mas não é o suficiente, 500 cópias por mês não é o suficiente.

Estamos propondo três dias de prazo para os Relatores apresentarem os seus relatórios; dois dias de prazo para os Relatores das comissões temáticas se reunirem para organizar o relatório geral preliminar sistematizado; três dias, conforme o Artigo 92 para publicação, 20 dias, prazo para apresentação de emendas parlamentares e populares, portanto é a primeira oportunidade para apresentação de Emendas populares, tem vinte dias de prazo conforme o Artigo 93 desse Regimento. Quarenta e oito horas, o prazo para os relatores das comissões temáticas se reunirem e aprovar ou rejeitar as emendas apresentadas. Três dias, o prazo para os relatores se reunirem e elaborarem o texto final para o Plenário, o texto final das emendas populares. Três dias, o prazo para as Comissões temáticas aprovarem o texto final que vem das comissões temáticas. Quarenta e oito horas, o prazo de publicação. Cinco dias, o prazo para o relator da Comissão de Sistematização harmonizar todo o texto e indicar eventuais contradições. Estamos propondo também 15 dias para a votação na Comissão de Sistematização, os 17 terão 15 dias para votar o Relatório, 5 dias, o prazo para o relator redigir o texto final, que irá a Plenário para votação, 3 dias, 72 horas, o prazo para publicação deste texto, 10 dias, conforme o Artigo 96, o prazo para a apresentação de Emendas dos Parlamentares, e novas Emendas populares, 48 horas, o prazo para o relator or-

denar as Emendas dos Parlamentares, e as novas Emendas populares, e 40 dias, para votação em Plenário do 1º turno de votação da Constituinte Estadual; 5 dias, para a Redação da matéria vencida pelo relator, 48 horas, para a publicação, 5 dias, o prazo para a apresentação de Emendas supressivas e as Emendas de Redação, 15 dias para as votações daquilo que nós denominamos, o 2º turno, das Emendas de 2º turno, que são Emendas supressivas e Emendas que alteram a Redação; 3 dias, o prazo o Relator oferecer o texto final, enfim, 48 horas, para a publicação, e daí sim, a promulgação de nova Constituição.

Estes prazos cumpridos, dariam um total de 234 dias. Creio eu, que este seria o prazo o mais viável, o mais útil, o mais possível, para que tenhamos oportunidade de escrever e de aprovar e promulgar a Constituição do Estado, a melhor possível, onde permita a participação de todos os Parlamentares, que permita a participação da população, e que seja um processo, o mais tolerável possível.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a divulgação anunciada hoje, e com o conhecimento que vocês todos terão, imediatamente, tanto as Lideranças que se reunirão na 5. feira, como todos os Parlamentares que terão a oportunidade de tomar conhecimento deste e de outros projetos, anteprojetos de Resolução que propõem o Regimento Interno da Constituição Estadual, creio eu, que estaremos todos nós preocupados, e contribuindo para que nós tenhamos a melhor Constituinte que o Paraná necessita.

Estaremos, creio eu, cumprindo com o nosso papel histórico, de pensar e elaborar a Carta de Princípios, que se pretende, duradoura, para o povo do Paraná, o qual, bem ou mal, nós representamos nesta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Era isto, Sr. Presidente, era isto, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)

Diante do Horário das Lideranças, esta Presidência consulta a Liderança do PDC, se fará uso da palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Edmar Luiz Costa; por sete minutos e meio.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O ilustre Deputado Pedro Tonelli abordou durante o Grande Expediente e no Horário da Liderança do seu Partido, alguns aspectos sobre o funcionamento da Constituinte Estadual, inclusive aquele que considero de fundamental importância de se optar pela eleição de uma Mesa Executiva

específica ou mais para a Constituinte.

Mas, acredito que a solução a ser adotada por esta Casa, seja a favor de uma Mesa específica, ou seja pela manutenção da própria Mesa da Assembleia Legislativa, que encontrará um obstáculo bastante difícil com a presença do Deputado Lindolfo Júnior, na 2ª Secretaria desta Casa.

Aliás, ele está usurpando do cargo de 2º Secretário, já há bastante tempo, porque este cargo tradicionalmente, sempre pertenceu às Bancadas minoritárias e de Oposição desta Casa.

O Deputado Lindolfo Júnior, que tem os seus compromissos no interior e tem sido pouco assíduo a esta Casa, inclusive hoje, fez uma rápida visita, mas, não assumiu o seu posto. Faremos, mais uma vez, um apelo: de que ele tenha a dignidade e saiba respeitar os demais Parlamentares desta Casa e diante do ato de usurpação que ele praticou, tenha a coragem de renunciar à 2ª Secretaria e restabelecer o equilíbrio de representatividade junto à Mesa Executiva desta Assembleia. Este é o último apelo que faço através da tribuna desta Casa. Se ele não for bem entendido pelo nobre Deputado eu acredito que as Lideranças dos Partidos de Oposição e os próprios Parlamentares do PMDB deverão se reunir e tomar certas atitudes, porque esta Casa pertence a todos os Partidos, e não à ambição, ao egoísmo de um só Deputado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)
Consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado consulto a Liderança do PL.

Declina.

Havendo declinado consulto a Liderança do PDT.

Declina.

Havendo declinado consulto a Liderança do PTB.

Declina.

Havendo declinado consulto a Liderança do PMDB.

Com a palavra Sua Excelência, Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Srs. Deputados.

O ilustre Deputado Domingos Scarpellini, hoje pela manhã, procurava-me indignado com as notícias que foram publicadas pelo jornal "O Estado de São Paulo" referente aos episódios que envolveram os professores e a Assembleia Legislativa nas semanas passadas, com relação à greve. E a notícia envolve, e invoca um incidente ocorrido em que este Deputado seria testemunha naquela ocasião. Os fatos acontece-

ram já quase na madrugada, quando a polícia veio para fazer o rescaldo da movimentação que ocorrera durante o dia.

A notícia entra em detalhes quanto ao comportamento do Deputado Domingos Scarpellini naquele episódio. Devo dizer e já disse ao nobre Deputado que confirmei, realmente, que houve um pequeno incidente naquele dia em que o Deputado Domingos Scarpellini teve uma discussão nervosa e acalorada com um cidadão que se encontrava às portas da Assembleia Legislativa, que, posteriormente, vim saber que teria sido um antigo assessor do ex-vice Governador Otávio Cesário Pereira Júnior.

A discussão até foi compreensível naqueles momentos emocionais e nervosos que aconteceram no dia da passeata dos professores, mas, o que publica o "Estado de São Paulo" e invocando o testemunho deste Deputado eu não posso concordar, porque apenas confirmei que havia e houve uma discussão entre o Deputado Domingos Scarpellini e esse cidadão, mas, que, jamais, ouvi qualquer referência às professoras; referências desabonadoras às professoras do Estado do Paraná ou quanto ao seu comportamento como cidadão ou quanto à forma de agir do Deputado Domingos Scarpellini. Restringi-me apenas a confirmar aquilo que o repórter me perguntava quanto à existência daqueles incidentes, que eu confirmara e disse hoje, pela manhã, ao Deputado Domingos Scarpellini.

E, vejamos os Senhores, como o Deputado Domingos Scarpellini além de um brilhante e atuante Deputado, preocupado com a Ecologia, com a Reforma Agrária, um cidadão que tem dado demonstrações do seu trabalho aqui nesta Casa, é candidato a prefeito de Apucarana.

Vejam, Senhores Deputados, quando um Deputado, que é candidato a Prefeito, recebe, pelos jornais, notícias que procuram envolvê-lo e envolver este Parlamentar, como testemunha de fatos que não aconteceram, eu fico satisfeito em ver nos jornais que o Deputado Domingos Scarpellini, como candidato a Prefeito de Apucarana detém hoje 57% do eleitorado que vai votar nele para Prefeito de Apucarana.

É evidente que este percentual fez com que um Vereador de Guarapuava, Hélio Melhem, aproveitando esta situação e na condição de Vereador de Oposição daquela Cidade, tentou desmembrar estes fatos publicados no "Estado de São Paulo", dirigindo palavras de baixíssimo calão ao Deputado Domingos Scarpellini, aos seus familiares, à sua família, a seus filhos. E digo que é indigno o que fez esse Vereador de Guarapuava, um cidadão que procura com linguagem torpe, linguagem não parlamentar, deseducada, deselegante, linguagem que vai lhe acarretar, certamente, se as-

sim o quiser o Deputado Domingos Scarpellini, um processo e uma condenação criminal.

Lamento terem me envolvido neste episódio e se aproveitarem disso para desdobramentos políticos de oposição fraca, que quer com isto aproveitar o momento e faturar politicamente.

Mas não tenho nenhuma preocupação, meu caro Deputado Domingos Scarpellini; politicamente Vossa Excelência está bem aqui na Assembleia, pelo seu comportamento, pela sua luta, pela sua dignidade, pelo seu trabalho, não só como Parlamentar, como pesquisador, historiador, conhecedor das caminhadas antigas do Paraná, cidadão que se preocupa com o médico, Dr. Faivre, que se preocupa com a Reforma Agrária, fui seu companheiro na visita a Prudentópolis, que se preocupa com a sua terra e a sua representação tão bem, que hoje, como candidato a Prefeito, se houvessem dois turnos em Apucarana Vossa Excelência não precisaria disputar o segundo turno.

É evidente que estes fatos, e quem procura fazer o desdobramento político, como quis o ilustre, não merece esse termo, me desculpe o vereador Hélio Melhem. Vereador que foi muito além daquilo que o povo lhe outorgou no seu mandato parlamentar.

Recuso-me a ler o que está inserido em Ata, nos Anais da Câmara de Vereadores de Guarapuava, porque seria entrarmos no mesmo nível de baixaria, ao mesmo nível de falta de postura, de comportamento político e humano do cidadão, isto não se faz com ninguém, tenha ou não mandato, este cidadão necessita de uma reeducação política e uma reeducação familiar.

O respeito aos familiares dos outros começa dentro da sua casa, é preciso que ele faça uma autocrítica do seu comportamento, porque procura, através de uma nota no "O Estado de São Paulo", fazer um desdobramento que denigre o seu comportamento como vereador de uma cidade como Guarapuava que representa hoje uma pujança e uma força econômica no Paraná.

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte que Vossa Excelência está me concedendo, e gostaria de dizer que me causa estranheza, isso que enfoca o jornal "O Estado de São Paulo" e a denúncia que faz o Vereador de Guarapuava.

Naquela noite, Vossa Excelência é testemunha que estávamos juntos, tínhamos saído de uma reunião com o Deputado Scarpellini e somos vizinhos, dava-lhe então carona até sua casa, quando vimos o movimento dos policiais e nos dirigimos até os portões da Assembleia Legislativa e na verdade o indivíduo provocou o Deputado

Domingos Scarpellini, quando surgiram discussões, tão somente. Em momento algum o nobre Deputado denegriu a imagem, atacou o nome dos professores do Paraná.

A discussão foi com um cidadão, não me lembro o nome, que se dizia ser advogado e dizia ter sido também Chefe de Gabinete do então Vice-Governador Octávio Cesário.

Quero ser solidário ao Deputado Domingos Scarpellini, porque estava junto e presenciei os fatos e o que dizem o Vereador e o jornal, não foi o que presenciamos naquela noite.

Muito obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Para encerrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Deputado Domingos Scarpellini merece a solidariedade de todos os Parlamentares, porque este fato, o desdobramento que teve, faz com que eu venha hoje à tribuna para reafirmar aquilo que foi o meu comportamento.

Confirmei que houve uma discussão nervosa, um incidente às portas da Assembleia por volta de quase meia hora, uma hora da madrugada, mas os detalhes expostos na reportagem e as palavras expedidas (?) pelo Vereador Hélio Melhem são de exclusiva responsabilidade do jornal que a publicou e do Vereador que fez do desdobramento um comportamento antiético em relação ...

(conversas paralelas)

O Sr. Cândido Bastos - Deputado Nereu Carlos Massignan, concede-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)
Comunico a Vossa Excelência que o seu horário já está esgotado

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Solicito a Vossa Excelência que conceda um minuto para que o Deputado Cândido Bastos possa expor a sua opinião.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)
Como já houve a prorrogação, concedo trinta segundos.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Muito obrigado.

Vossa Excelência tem o aparte, Deputado Cândido Bastos.

O Sr. Cândido Bastos - Nobre Deputado Nereu Carlos Massignan, quero associar-me à sua manifestação, e também a do Deputado Domingos Scarpellini.

Realmente é lamentável que um Vereador da minha terra, que graças a Deus não pertence ao meu Partido, se manifestou de maneira indecorosa, de maneira que não condiz com um Parlamentar, tanto a uma Câmara de Vereadores como ao Parlamento Estadual.

Quero me manifestar e congratular com Vossa Excelência por este repúdio às manifestações daquele vereador que infelizmente na minha terra fez de uma forma que não condiz com o comportamento legislativo nem na Câmara de Vereadores nem na Assembleia Legislativa nem em Parlamento nenhum deste País.

Muito obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Agradeço a Vossa Excelência, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encerro, manifestando a minha irrestrita solidariedade ao Deputado Domingos Scarpellini e candidato a Prefeito de Apucarana.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando a reprodução fotostática do Projeto de Resolução propondo o Regimento Interno para a Constituinte Estadual apresentado ao Plenário, bem como a distribuição aos Srs. Parlamentares. - Deferido. Ao Setor da Gráfica para atender, conforme o requerido.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 146/87, de autoria do Deputado ARTAGAO MATTOS LEAO, que estabelece o ensino obrigatório de táticas de prevenção contra a AIDS, em toda a Rede Estadual de Ensino do Paraná, conforme especifica. - Aprovado. (Public. no D.A. nº 80, de 10.08.88).

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/88, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Distrito Administrativo do Novo Mundo, no Município de Curitiba, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.T., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 95/88, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública o CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE DR. CAMARGO, com sede e foro no Município de Dr. Camargo - CODECAR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

096/88, de autoria do Deputado ACYR MEZZADRI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE FOZ DO IGUAÇU - APASFI, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 097/88, de autoria do Deputado ACYR MEZZADRI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO MATEUS DO SUL, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 106/88, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública a IGREJA MISSIONÁRIA CRISTA INDEPENDENTE, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 107/88, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que declara de Utilidade Pública a ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICA BOM PASTOR, com sede e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 111/88, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a LOJA MAÇÔNICA ACÁCIA DO OESTE I, com sede e foro no Município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)
Sr. Presidente, eu gostaria apenas de comunicar a esta Casa, a Vossa Excelência e aos meus pares de que uma notícia auspiciosa nos chegou neste momento.

Os Srs. professores, reunidos em assembléia na cidade de Maringá, resolveram, votaram e acataram a posição do Governo, tomando a posição de retornarem imediatamente às salas de aula.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de comunicar, porque realmente para todos nós, para o Paraná, é uma notícia alvissareira.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, esta notícia nós queremos ver se agora se negocia ou não.

Acho que o sinal de grandeza, o sinal de humildade dos professores, vai colocar em xeque mais uma vez o nosso Governo do Estado. Vamos aguardar qual é a desculpa para não negociar com os professores ago-

ra.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Ilustre Presidente José Afonso Júnior, a notícia que nos traz o Líder da Bancada do PMDB, Deputado Artagão Mattos Leão, é por demais alvissareira.

Desde que a greve foi deflagrada no Paraná, - não vamos aqui analisar se justa ou injustamente, nós entendemos que todo o movimento reivindicatório tem o seu valor, tem a sua razão de ser, mas desde aquele momento em favor dos próprios professores, dos alunos, dos pais de alunos, do próprio Governo do nosso Partido, enfim, nós lutávamos para que esse entendimento acontecesse. E a notícia que nos traz o Deputado Artagão Mattos Leão, é por demais oportuna, e chega realmente em boa hora, porque temos certeza que, a partir deste momento, o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação, com a participação inclusive dos Deputados do PMDB e dos demais Parlamentares desta Casa, tenho certeza que haveremos de sentar na mesma mesa e chegar ao entendimento necessário, ao ponto desejado e ao ponto em que pode chegar inclusive o Governo.

Cumprimento o Deputado Artagão Mattos Leão, o nosso Líder, pela notícia em primeira mão que traz a esta Casa e tenho certeza que não só os professores, não só o Governo do Paraná, mas principalmente os alunos da rede pública estadual de ensino, saíram ganhando a partir deste momento, em que as aulas serão reiniciadas.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO COSTENARO NETO - (Pela Ordem) Meu caro Presidente José Afonso Júnior, na semana passada tivemos uma participação bastante ativa, reunindo representantes das Oposições, junto com a Comissão de Negociação dos Professores, com a qual estivemos na quinta-feira à tarde levando uma mensagem dos professores ao Governo do Estado. E na sexta-feira, aguardando a resposta através do telefone, primeiramente na Liderança do PFL, depois na UPI, reunidos os Deputados de Oposição e a Liderança do PMDB, trocando informações com o Palácio.

Não foi possível fazer com que o Governo recebesse os professores, a Comissão de negociação naquela sexta-feira. Mas nós temos certeza que foi bastante frutífera a nossa conversa, o nosso diálogo com o Secretário Belmiro Valverde Jobim Castor, com o Secretário Acir, indiretamente com o Governo do Estado do Paraná e com a Comissão de Negociação. Porque, dentro dos momentos de debate, nas discussões do que se deveria fazer, as oposições procuraram também ser mediadoras, de que, naturalmen-

te, o Governo retomaria ou tomaria as negociações tão logo fosse suspensa a greve.

Portanto, essa foi a nossa manifestação. Lá no interior também tivemos a nossa participação, com professores que voltaram à sala de aula a partir de ontem. E dizíamos que nós acreditávamos, que o Governo, depois de prometer que, se os professores voltassem às salas de aula, ele negociaria, nós depositamos a nossa palavra de fé, de esperança, de que o Governo não ia falhar.

Fica aí, então, a nossa esperança de que o Governador Álvaro Dias impôs e os professores do Paraná aceitaram, naturalmente, a sua jogada dura, a sua imposição mas que agora, ele negocie e procure fazer com que essa classe tão importante para o Paraná, não fique marginalizada.

Ficaram prejudicados, naturalmente, as famílias do Paraná, as crianças do Paraná, os professores do Paraná! Mas esperamos que isto não volte a acontecer mais, que o Governador Álvaro Dias realmente atenda as reivindicações dos professores.

Obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem) É só para colocar aqui a posição do Governador, que em todos os momentos, muito antes da deflagração da greve dos professores, esteve aberto ao diálogo. Nenhum momento o Governador parou de dialogar com a Associação dos Professores do Paraná: a única insistência do Governador era para que os professores retornassem às salas de aula, para que o corpo docente de nosso Estado não tivesse o prejuízo que lamentavelmente irão ter após este longo período de greve.

O que o Governo do Estado não podia e não tem condições, é de arcar com o ônus da reivindicação feita pela Associação dos Professores do Paraná, porque todo paranaense sabe, todos os Deputados têm a obrigação de saber, que a arrecadação do ICM do Estado do Paraná está totalmente comprometida com a folha de pagamento a partir deste mês, e tem obras que não podem sofrer nenhum tipo de paralisação, como é o caso da saúde, tão necessário os recursos, como da educação e da moradia.

Portanto, o Governador Álvaro Dias, em todos os momentos, agiu com racionalidade. Agiu com o pensamento voltado aos interesses, ao bem-estar da comunidade paranaense que é muito mais importante a comunidade como um todo do que um segmento isolado desta mesma comunidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Está em votação o Projeto de Lei nº 111. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/88, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. HAYAO WASHIDA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 119/88, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CRISTÁ LAR DONA NENE, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 133/88, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES - APM, da Escola Estadual Professor Mailon Medeiros Ensino de 1º Grau, com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 135/88, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DA PARANATUR, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 137/88, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. JOAQUIM DUTRA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/88, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - ASPGE, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/88, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao jornalista CALIL SIMÃO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/88, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM CRUZEIRO DO SUL, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 159/88, de autoria do Deputado PAULO FU-

RIATTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA VILA CENTENÁRIO II, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 171/88, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA AMERICANA, do Conjunto COHAPAR, no Bairro Vila Americana, com sede e foro em São Mateus do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de n° 360, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 349, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 350, de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 352, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 353, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 354, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 355, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 356, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 357, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 358, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 359, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 361, de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 362, de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

gislativa.

Requerimento de n° 363, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 351, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 365, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 183, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Esta Presidência defere a sua solicitação e irá verificar.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dois Srs. Deputados aprovam.

Sete Srs. Deputados rejeitam.

Não há quórum para deliberação nem para prosseguimento da sessão.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, em nome da Bancada do PMDB nesta Casa, queremos cumprimentar Vossa Excelência pela brilhante performance na condução dos trabalhos, na qualidade de Presidente desta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Esta Presidência agradece com muita humildade, apenas cumprindo o dever que lhe foi conferido.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 07/88.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 174/88 e 175/88, e dos Projetos de Resolução n° 59 a 63/88.

Marca, ainda, uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 22, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 190/86, 232/87, 08 e 68/88.

Marca, ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 87, 98, 141, 143 e 167/88.

ORDEM DO DIA:

Levanta-se a sessão.